

DÍVIDA: GOVERNO VAI ESPERAR.

E os credores também. A renegociação com os bancos só acontecerá dentro de 45 a 60 dias.

Três meses depois da moratória, o governo conclui: precisa de mais uns 45 a 60 dias para começar a renegociação da dívida externa brasileira com os bancos internacionais. Nesses dois meses, o Ministério da Fazenda vai apresentar seu plano econômico interno para avaliação dos credores e esperar o resultado das missões do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial. Para assessores da Presidência da República, as observações dos técnicos desses dois organismos internacionais vão dar ao governo brasileiro uma idéia das dificuldades que devem ser esperadas na negociação com os bancos.

O secretário de Imprensa da Presidência, Frota Neto, diz que a moratória cumpriu e continua a cumprir seus objetivos "restritos", de aliviar o sufoco no nível das reservas brasileiras e evitar o estrangulamento da economia a partir do momento em que o País se visse sem condições de manter suas importações. A moratória continua a ser necessária, diz Frota, que evita qualquer "comemoração" pelos três meses da medida e faz questão de reafirmar: a suspensão dos pagamentos não teve nenhuma conotação de pressão política sobre os credores.

Apesar da moratória, os credores tiveram tempo de refletir nesse período, o que permitiu a cristalização do consenso hoje internacional de que é possível resolver os problemas dos países endividados sem abrir mão do crescimento econômico", afirma o porta-voz.

Frota Neto garante ainda que a mudança do ministro da Fazenda não alterou as posições do governo brasileiro na renegociação: lutar por um acordo plurianual que estabeleça as fontes de financiamento externo da economia brasileira por um período mínimo de quatro anos.

Plano interno

No plano interno, Frota Neto afirma que a definição do mandato do presidente Sarney, a partir da iniciativa do próprio presidente, vai permitir que seja feito um novo esforço para um entendimento entre patrões e empregados em torno de preços e salários, indispensável para o combate à inflação, e para embasar a renegociação da dívida externa. Segundo o porta-voz da Presidência, esse entendimento deve ter a participação dos partidos políticos. Ele acredita que as tentativas de acordo feitas no início do ano, entre patrões e empregados, não deram certo por falta de apoio político.

A participação do presidente Sarney nesse entendimento vai depender, contudo, do acerto preliminar da agenda e das bases para as conversas entre patrões, empregados e partidos políticos, afirma Frota Neto. Definido isso, o próprio presidente assumirá a coordenação do entendimento, que deverá fornecer ao governo o apoio político interno necessário para a renegociação da dívida — o mesmo que faltou no momento da decretação da moratória, apesar de ser uma medida que consta dos programas da maioria dos partidos políticos, de acordo com o porta-voz.

Os 90 dias da suspensão do pagamento dos juros aos bancos privados, completados hoje, passarão praticamente em branco, pois muito antes desse prazo os bancos americanos, seguindo disposições da legislação local, inscreveram em seus balanços como **non accrual** — não-produtivos, ou em prejuízo — o que deixaram de receber do Brasil (cerca de US\$ 700 milhões).

E, a partir de hoje, também o Banco do Brasil, através de suas agências nos Estados Unidos, e na qualidade de credor do governo brasileiro, será obrigado a classificar como **non performing** os juros que deixou de receber nos últimos 90 dias. Todos os bancos estrangeiros sediados nos Estados Unidos são obrigados a seguir as disposições da lei bancária americana.

A tranquilidade demonstrada pelas autoridades econômicas, 90 dias após a decretação da moratória, é aparente, segundo a avaliação de um técnico envolvido nas negociações. De fato — lembra ele —, graças à decisão adotada desde o início pelo governo, de congelar em contas à disposição do Banco Central no Exterior as linhas de crédito de curto prazo não renovadas pelos bancos americanos, a arma dos credores não chegou a ser disparada.

Em compensação, os bancos americanos têm conseguido reduzir os recursos, utilizando-se de todas as restrições possíveis, a começar pelo aumento do custo desses recursos, que têm sido pagos pelos bancos brasileiros sem reclamações. Além disso, os bancos americanos suspenderam completamente a concessão de novas linhas de crédito, a não ser aquelas contratualmente estabelecidas, mesmo depois de esgotado o prazo contratual, em 31 de março passado.

Finalmente, os bancos reduziram seus depósitos voluntários mantidos em bancos brasileiros no Exterior, embora tenham poupado desse constrangimento o Banco do Brasil, que tem o maior volume de depósitos. Todas essas limitações levaram o Banco Central a abrir uma linha de crédito de US\$ 300 milhões para suprir a deficiência das linhas de financiamento às exportações.

Segundo o informante, há uma espécie de trégua entre os credores e o Brasil, com os primeiros na expectativa da apresentação, pelo ministro da Fazenda, Bresser Pereira, do tão esperado programa de ajuste econômico.

O pedido de Soares a Reagan

O presidente de Portugal, Mário Soares, pediu, anteontem ao presidente Ronald Reagan, durante encontro em Washington, que tenha mais compreensão com os problemas do Brasil, segundo fontes da comitiva portuguesa. Durante os 45 minutos que durou o encontro, na Casa Branca, Soares disse a Reagan que os Estados Unidos devem tentar entender a difícil situação econômica brasileira, cuja dívida externa supera US\$ 110 bilhões.

"O Brasil", disse uma fonte da comitiva de Soares, "sofre um estrangulamento financeiro que pode encerrar sua retomada democrática, bem como a influência democratizante que há alguns anos exerce sobre os demais países sul-americanos".

Na noite de segunda-feira, em discurso no Centro Woodrow Wilson, em Washington, Mário Soares disse que Portugal é "o vizinho europeu mais perto dos Estados Unidos". Repetiu várias vezes seu desejo de melhorar ainda mais as relações econômicas, culturais e políticas com os Estados Unidos. "Está claro", disse o presidente português, "que esperamos expandir nossas relações econômicas com os EUA. Portugal está aberto às iniciativas norte-americanas nas áreas que ajudam a modernização de nosso país".

Nesse sentido, Soares e Reagan discutiram o aumento da ajuda militar e econômica dos Estados Unidos a Portugal, que no ano passado foi de US\$ 145 milhões.